

Plano Estratégico para a Inclusão 23/24

Escola Profissional Vértice



EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO
À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com o Decreto-Lei nº. 54/2018, de 6 de julho, no centro da atividade da escola estão o Currículo e as Aprendizagens dos alunos. Impõe-se, portanto, o reconhecimento e a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essas diferenças, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. O desafio é garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao sucesso educativo, confluindo para a formação do indivíduo como cidadão participativo, iniciando o caminho para o exercício da cidadania ao longo da vida.

Índice

Introdução	2
Documentos Orientadores para a Inclusão	3
Conceitos Estruturantes	5
A Abordagem Multinível	6
Sequencialização de Ações e de Procedimentos	10
Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)	12
Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA).....	12
Práticas Pedagógicas Inclusivas	13
Guião de Planificação das Aulas.....	14

Introdução

Quatro anos passados de experienciação do diploma da educação inclusiva (DL 54/2018), importa agora produzir um Guia alicerçado no novo quadro legal e numa visão ampla e holística, como prevê o D.L. 54/2018, onde qualquer aluno pode, ao longo do seu percurso educativo, necessitar de medidas de suporte à aprendizagem. Tal como anteriormente, a atividade educativa na perspetiva da inclusão tem de ser sustentada pelo trabalho colaborativo e em equipa de um conjunto alargado de pessoas (docentes, OET, direção pedagógica, equipa multidisciplinar de apoio á educação inclusiva, pais e encarregados de educação, ...e parcerias externas).

É neste quadro que se inscreve este Plano de Ação para a Educação Inclusiva da EPV que também pode ser visto como um guia orientador da ação educativa, no sentido de implementar uma prática orientada para soluções personalizadas, específicas e adequadas às características, necessidades e expectativas de cada aluno, de forma colaborativa, participada e proativa.

Com este documento pretende-se facilitar a informação contida nos normativos e uniformizar alguns procedimentos, numa perspetiva transversal a toda a escola.

Assim, é nossa missão, assegurar as condições para que todos os docentes promovam uma educação inclusiva que contemple o desenvolvimento pessoal e social dos seus alunos e promover um desenvolvimento holístico dos alunos atendendo às dimensões do saber, do saber fazer e do saber estar, com enfoque na exigência e na diversidade, garantindo a todos os alunos o acesso ao currículo e às aprendizagens essenciais e proporcionar a todos os alunos a oportunidade de realizar aprendizagens com vista à efetiva consecução dos princípios, valores e áreas da competência definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Documentos Orientadores para a Inclusão

Decreto-Lei n.º 54/2018, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro e pela Retificação n.º 47/2019, de 3 de outubro

Para uma Educação Inclusiva: Manual e Apoio à Prática, Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (2018)

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Decreto-lei n.º 62/2023

Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

Aprendizagens Essenciais

Documentos Internos

Projeto Educativo

Regulamento Interno

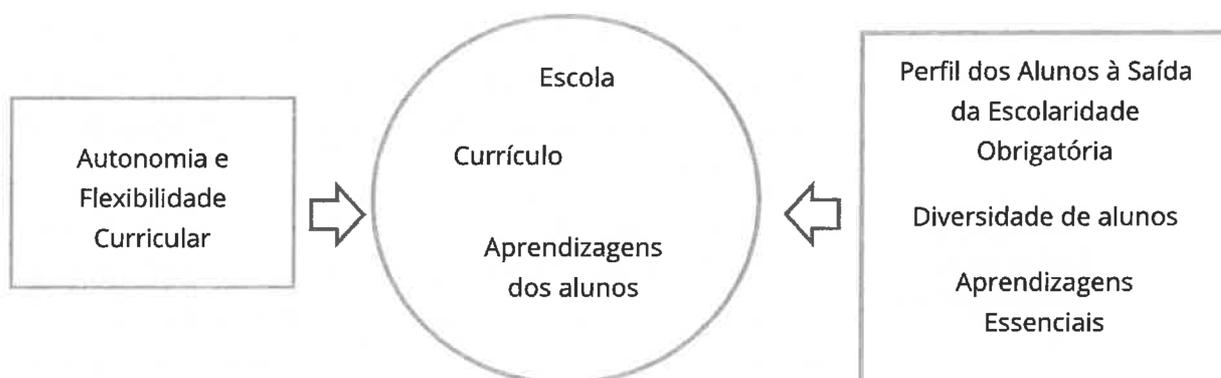
Regulamento da EMAEI e do CAA da EPV

Cronograma Operativo da EMAEI

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, alterado e republicado na Lei nº 116/2019, de 13 de setembro, que estabelece os princípios e normas que garantem a inclusão, pretende, como consta no seu preâmbulo, que se concretize “o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades”.

O compromisso com a escola inclusiva determina a “ ... a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. ...”.

Considera que no centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos.



O Decreto-Lei N.º 54/2018 identifica as medidas à aprendizagem e inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todos os alunos ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

Apesar do Projeto Educativo da EPV estar em fase de revisão, um dos seus objetivos estratégicos é “Promover uma política educativa de inclusão na escola, valorizando e responsabilizando os docentes da turma na implementação de respostas educativas diferenciadas adaptadas ao ritmo de aprendizagem de cada aluno.”

Escola Inclusiva: Áreas de Intervenção

Práticas Pedagógicas	Necessidades e Potencialidades dos alunos
Diferenciação Pedagógica	Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão:
Gestão Flexível do Currículo	Identificação/implementação/Avaliação

Conceitos Estruturantes

Os conceitos base que a seguir se apresentam resultam do que consta no DL 54/2018 e no documento publicado pela Direção-Geral de Educação Para uma *"Educação inclusiva: Manual de Apoio à Prática"*.

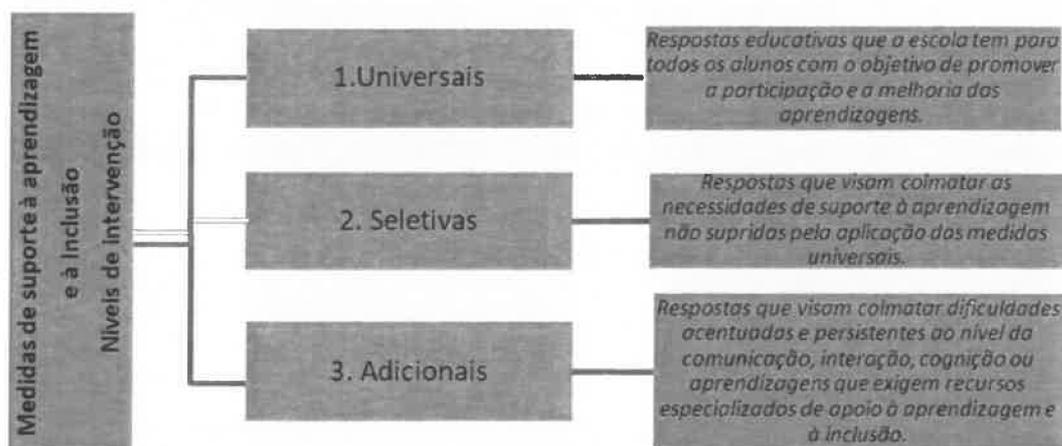
Educação Inclusiva	Princípio base da ação das escolas, em que todos e cada um dos alunos tem uma educação que responde às suas potencialidades, expectativas e necessidades. Metodologicamente assenta no desenho universal para a aprendizagem e na abordagem multinível.
Acomodações Curriculares	Medidas de gestão curricular que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno promovendo o sucesso educativo.
Adaptações Curriculares Não Significativas	Não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares. Englobam uma alteração na priorização ou sequenciação de objetivos e de conteúdos ou a introdução de objetivos específicos de nível intermédio, atendendo ao perfil do aluno no final da escolaridade obrigatória e garantindo as aprendizagens essenciais.
Adaptações Curriculares Significativas	Têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares. Introduzem-se outras aprendizagens substitutivas e determinam os objetivos globais a adquirir ao nível do conhecimento, das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal.
Áreas Curriculares Específicas	contemplam: o treino de visão, o Sistema Braille, atividades diárias, a orientação e mobilidade e as tecnologias específicas de informação.
Abordagem Multinível	Modelo de atuação das escolas orientado para o sucesso de todos e de cada um dos alunos através da organização de um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem organizadas por níveis de intervenção.
Desenho Universal das Aprendizagens (DUA)	Abordagem curricular que assenta num planeamento intencional, proativo e flexível das práticas pedagógicas, considerando a diversidade de alunos em sala de aula, permitindo que as competências e os conhecimentos adquiridos possam ser manifestados de maneira diversa.

A Abordagem Multinível

A abordagem multinível visa o sucesso de todos os alunos, oferecendo um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem, adotadas em função da resposta dos alunos às mesmas, tendo como principais características distintivas:

- a determinação de um contínuo de medidas de suporte à aprendizagem;
- o enfoque no currículo e na aprendizagem;
- a opção por práticas que sejam teórica e empiricamente sustentadas;
- a organização de processos sistemáticos de monitorização.

Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão¹



Nível I de Intervenção

Art.º 8.º - Medidas Universais²

Medidas	Exemplos
Diferenciação Pedagógica	Diversificar as estratégias de ensino
	Ensino Mútuo
	Apoio Pedagógico Acrescido
Adequar a ação pedagógica aos	Promoção de trabalho de grupo (Grupos de Apoio, Grupos de Nível, grupos de interesses,)
	Tutorias entre docentes
	Tutorias entre discentes
	Articulação curricular

¹ De acordo com o decreto-lei n.º 54/2018 de 6 de julho, alterado pelo D.L. 116/2019.

² A aplicação de medidas universais é realizada pelo docente titular do grupo-turma, e sempre que necessário em parceria com o docente de educação especial, enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação (alteração do artigo 8.º, ponto 4, efetuada de acordo com a lei 116/2019).

diferentes estilos de Aprendizagem	<p>Coadjuvação</p> <p>Estimular o ambiente afetivo dentro da sala de aula</p> <p>Sair mais da sala de aula</p> <p>Diversificar as formas de avaliação</p> <p>Desenvolvimento de trabalhos/projeto (projetos transdisciplinares)</p> <p>Utilização de espaços exteriores como espaços de aprendizagens</p>
Acomodações Curriculares ³	<p>Ficar perto do/a aluno/a quando está a dar orientações</p> <p>Facultar pistas (visuais, gráficas, entre outras) pré e pós apresentação</p> <p>Assegurar que as orientações foram compreendidas</p> <p>Disponibilizar sebatas aos alunos que tenham dificuldade na transcrição</p> <p>Permitir a realização do teste num outro horário e/ou espaço</p> <p>Utilizar semanalmente instrumentos para registo de comportamento</p> <p>Dar feedback contínuo (assinalar respostas corretas, reorientar as erradas)</p> <p>Etc.</p>
Atividades de enriquecimento	<p>Curricular</p> <p>Seminários de Apoio ao Desenvolvimento de PAP/ PAF</p> <p>Seminários de Apoio ao desenvolvimento de FCT/SFCT</p> <p>Visitas de Estudo</p> <p>Sala de Estudo</p> <p>Aulas de apoio em pequenos grupos</p> <p>Aulas de Recuperação do Aproveitamento e/ou Assiduidade</p>
	<p>Extracurriculares</p> <p>Viagens de Estudo</p> <p>Projetos, concursos e intercâmbios</p> <p>POVP</p>
Promoção do comportamento Pró-Social	<p>Acompanhamento Psicológico</p> <p>PRESSE</p> <p>PESES</p> <p>Desporto Escolar</p> <p>Atividade Integradora dos novos alunos</p> <p>Cerimónia de Entrega de Diplomas e Prémios de Mérito e de Valor</p> <p>Clubes</p>
Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos ⁴	<p>Apoio Educativo</p> <p>Coadjuvação</p> <p>Apoio Tutorial Preventivo e/ou Temporário⁵</p> <p>Mentorias Académicas, Sociais e/ou Vocacionais</p> <p>Apoio Tutorial⁶</p> <p>Apoio Tutorial Específico - ATE⁷</p>

³ Na adoção da metodologia de diferenciação pedagógica os docentes devem orientar-se pela lista de verificação de Acomodações, anexo 6, do Manual de Apoio à Prática para uma Educação Inclusiva da DGE.

⁴ Estas intervenções serão desenvolvidas no Centro de Apoio às Aprendizagens.

⁵ De acordo com a Lei 116/2019 o Apoio Tutorial Preventivo e Temporário deverá ser mobilizado para todos os alunos, incluindo os que necessitam de medidas seletivas e adicionais, tendo em vista, designadamente, a promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social.

⁶ O apoio tutorial é uma medida seletiva que pode ser aplicada no contexto de outras medidas, de acordo com o RTP do aluno. O professor tutor pode ser um docente da Ed. Especial ou não.

⁷ De acordo com o Despacho Normativo n.º 10-B/2018 o Apoio Tutorial Específico dirige-se aos alunos do segundo e terceiro ciclo que acumulem, ao longo do seu percurso escolar, duas ou mais retenções.

Nível II de Intervenção

Art.º 9.º - Medidas Seletivas

Percurso curriculares Diferenciados	
Adaptações Curriculares não significativas⁸	As medidas de gestão curricular que não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações a nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais de modo a desenvolver as competências previstas no PA.
Apoio Psicopedagógico	Concretiza-se, preferencialmente de forma indireta, através da capacitação dos professores e outros agentes educativos, para que possam intervir na resolução de problemas comportamentais, para potenciarem a sua prática pedagógica e para desenvolverem nos alunos estratégias de autorregulação das aprendizagens, da tomada de decisão e da resolução de problemas. A sua aplicação direta pressupõe a elaboração de um plano de intervenção.
Antecipação e Reforço das Aprendizagens	Os alunos que apresentem duas ou mais disciplinas/UFCD's/módulos com aproveitamento negativo devem passar a beneficiar desta medida. Os alunos que ingressem na EPV pela primeira vez poderão ser alvo desta medida quando, após as reuniões de avaliação do primeiro período letivo, apresentarem duas ou mais disciplinas/UFCD's/ módulos com aproveitamento negativo.
Redução de Turma	" ...; As barreiras à aprendizagem e participação são de tal forma significativas que exigem da parte do professor um acompanhamento continuado, sistemático e de maior impacto em termos da sua duração, frequência e intensidade, no âmbito da concretização das adaptações curriculares não significativas.

⁸ Esta medida não compromete as Aprendizagens Essenciais nem a aquisição das competências previstas no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, bem como as aprendizagens previstas no perfil profissional das ofertas de dupla certificação do Catálogo Nacional de Qualificações.

Art.º 28.º - Adaptações ao Processo de Avaliação⁹

- 1- As escolas devem assegurar a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação.
- 2- Constituem adaptações ao processo de avaliação:
 - a. Diversificação dos instrumentos de recolha de informação
 - b. Enunciados em formatos acessíveis
 - c. Interpretação em LGP
 - d. Utilização de Produtos de Apoio
 - e. Tempo Suplementar para a realização da prova
 - f. Transcrição das respostas
 - g. Leitura de Enunciados
 - h. Utilização de sala separada
 - i. Pausas vigiadas
 - j. O código de identificação de cores nos enunciados
 - k. Não penalização dos erros ortográficos e sintáticos (no caso de alunos com Dislexia ou Perturbação Específica da Linguagem);
- 3- As adaptações ao processo de avaliação interna são da competência da escola, sem prejuízo da obrigatoriedade de publicar os resultados dessa avaliação nos momentos definidos pela escola para todos os alunos.
- 4- No ensino básico, as adaptações ao processo de avaliação externa são da competência da escola, devendo ser fundamentadas, constar do processo do aluno e ser comunicadas ao Júri Nacional de Exames.
- 5- No ensino secundário, é da competência da escola decidir fundamentadamente e comunicar ao Júri Nacional de Exames as seguintes adaptações ao processo de avaliação externa:
 - a. A utilização de produtos de apoio
 - b. A saída da sala durante a realização da prova/exame
 - c. A adaptação do espaço ou material
 - d. A Transcrição de Respostas
 - e. A Leitura de Enunciados
 - f. A presença de Interprete de LGP
 - g. A consulta de dicionário de língua portuguesa
 - h. A realização de provas adaptadas
- 6- No Ensino Secundário, a escola pode requerer autorização ao Júri Nacional de Exames para realizar as seguintes adaptações ao processo de avaliação externa:
 - a. A realização de exame de português língua segunda (PL2)
 - b. O acompanhamento por um docente
 - c. A utilização de instrumentos de apoio à aplicação de critérios de classificação de provas, para alunos com Dislexia ou Perturbação Específica da Linguagem, conforme previsto no Regulamento das provas de avaliação externa
 - d. A utilização de tempo suplementar.
- 7- As adaptações ao processo de avaliação externa devem constar do processo do aluno

⁹ Estas adaptações são transversais a todos os níveis de intervenção e a todos os alunos.

As adaptações usadas no processo de avaliação sumativa têm de ser coerentes com as usadas no processo de Ensino e de Aprendizagem. Se esta medida for continuada no tempo e para todas as disciplinas já se trata de uma medida seletiva.

Sequencialização de Ações e de Procedimentos

O processo de identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão efetua-se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, do SPO, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com o aluno.

Na identificação deve haver lugar à explicitação, devidamente fundamentada, das razões que levam à necessidade de medidas de suporte, acompanhada de documentação considerada relevante (evidências da avaliação [fichas formais, fichas de avaliação, trabalhos,...], intervenção já efetuada e necessidades identificadas, relatórios médicos e de avaliação psicológica e outros). A documentação pode e deve integrar um parecer médico, nos casos de problemas de saúde física ou mental, enquadrado nas necessidades de saúde especiais.

Para uma melhor compreensão...

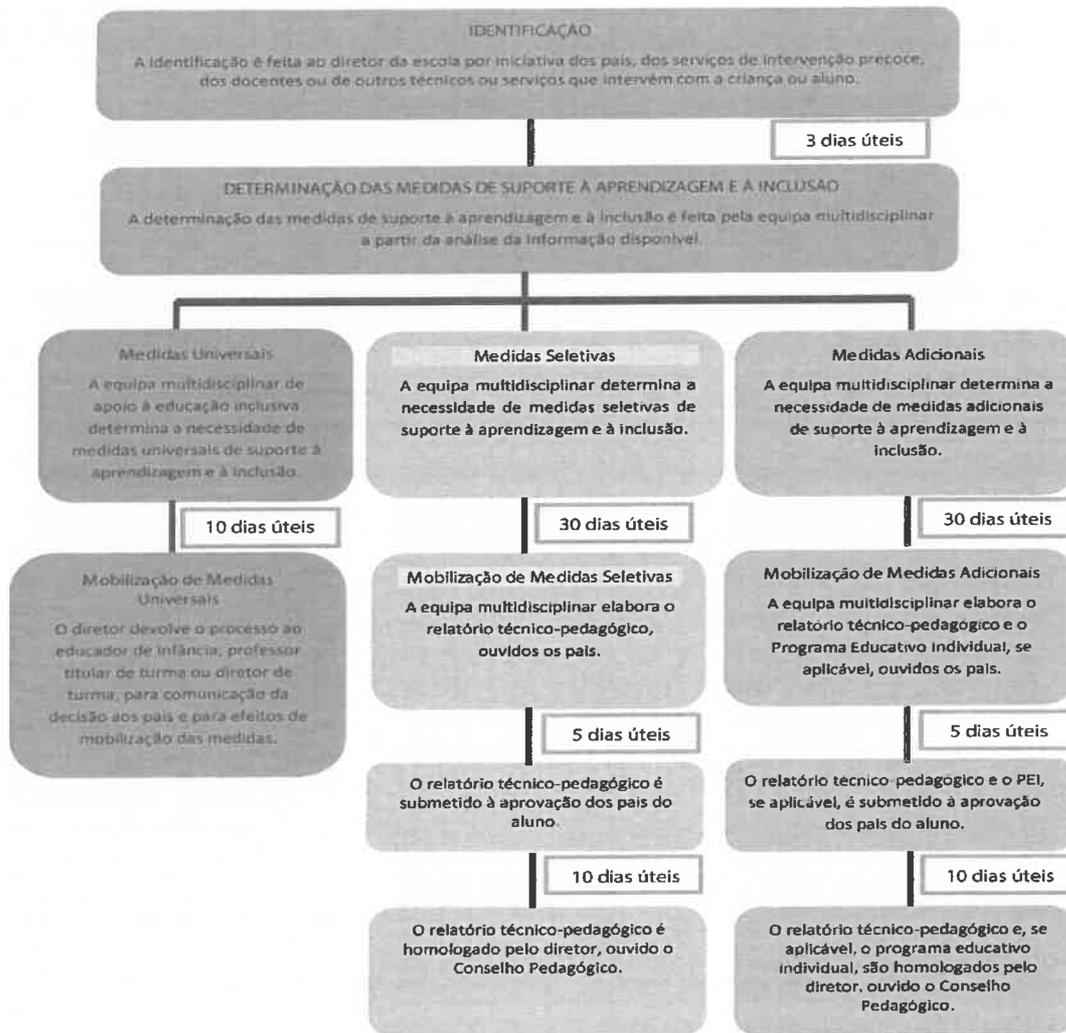


Figura 4: Processo de identificação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)

A equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem, tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo.

A EMAEI é responsável por um conjunto de atribuições e competências de apoio à operacionalização da educação inclusiva, tais como:

Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva;

Propor medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar;

Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem;

Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas;

Elaborar o RTP e, se aplicável, o PEI e o PIT;

Acompanhar o funcionamento do CAA.

Recursos Específicos de Apoio à EMAEI		
Recursos Humanos	Recursos Organizacionais	Recursos da Comunidade
Docentes	EMAEI	Equipas de Saúde Escolar do ACES
Psicóloga	CAA	CPCJ
Assistentes Operacionais	SPO	CRTIC
	Desporto Escolar	Outras Instituições
	PES	

Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)

O CAA constitui uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.

Constituem objetivos gerais do centro de apoio à aprendizagem, em colaboração com as demais estruturas e serviços da escola:

Apoiar a inclusão dos jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;

Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós escolar;

Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

A ação deste centro organiza-se segundo dois eixos: (i) suporte aos docentes responsáveis pelos grupos ou turmas e (ii) complementaridade, com caráter subsidiário, ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos.

Práticas Pedagógicas Inclusivas

Objetivos	Estratégias/Ações	Indicadores de Monitorização
<p>Implementar a Diferenciação Pedagógica de forma sistemática no tempo</p>	<p>Efetuar diferenciação pedagógica focada nos seguintes princípios gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ambiente de aprendizagem positivo - Avaliação contínua - Ensino orientado para as necessidades do aluno - Sala de aula flexível 	<p>Planificações</p> <p>Atas de reuniões multidisciplinares</p>
	<p>Desenvolver trabalho interdisciplinar entre professores e alunos, bem como metodologias ativas em contexto de sala de aula, como por exemplo, o trabalho de projeto dinamizado através dos Domínios de Articulação Curricular (DAC) e do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA)</p> <p>Trabalhar o perfil do aluno em articulação com as Aprendizagens Essenciais nas várias disciplinas de forma a potenciar oportunidades para todos os alunos atingirem o seu máximo potencial, através da valorização de todas as competências e singularidades dos alunos, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem</p>	<p>Planificações</p> <p>Atas de reuniões multidisciplinares</p>
<p>Realizar uma abordagem flexível do currículo</p>		

Guião de Planificação das Aulas¹⁰

Numa escola inclusiva é essencial planificar as aulas de acordo com as características diversas dos alunos.

Para organizar o plano de aulas, deve-se refletir sobre:

O que vou ensinar (tópicos, conteúdos)?

Por que razão vou ensinar (metas/objetivos)?

Como vou ensinar (metodologias/processos)?

O que já sabem os alunos (conhecimentos prévios)?

O que irão os alunos fazer (atividades)?

Como vou gerir a aula (incluindo a organização dos espaços físico e social)?

Será que as atividades são apropriadas a TODOS os alunos?

Será que os alunos terão oportunidade de trabalhar a pares ou em pequenos grupos?

Como vão os alunos registar aquilo que fizerem (produtos da aprendizagem)?

Como saberei se os alunos aprenderam (feedback e avaliação)?

O que faremos a seguir? (reflexão e planificação futura)?

Será necessário ajudá-los individualmente?

Será necessário assegurar que se encontram sentados num local apropriado da sala de aula?

Há alunos na turma que precisam de suportes adicionais? **Que tipo** de suporte será necessário disponibilizar a esses alunos?

J. L. Silva
21/7/23

¹⁰ Manual e Apoio à Prática, Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (2018)